 DOI: 10.13137/2035-6633/31976

Reflexões sobre o impacto turístico e a deturpação do patrimônio e da paisagem

Kátia Fernanda Marchetto[*]

Abstract

The author proposes an exploration of the tourist itineraries that cross the cultural landscape. In doing this, she uses, as a case study, the tourist route Caminhos de pedra, in Bento Gonçalves. She highlights how tourism enhancement can become both an instrument of preservation and degradation of the cultural and landscape heritage. She reflects on the actions that are taken to contribute to the requalification of the cultural landscape and the relative economic return.
Keywords: cultural landscape, heritage, rural tourism, tourist itinerary, preservation

La autora propone una exploración de los itinerarios turísticos que atraviesan el paisaje cultural. Para hacerlo utiliza, como caso de estudio, la ruta turística Caminhos de pedra, de Bento Gonçalves. Intenta resaltar cómo promover el turismo puede ser una acción que facilite la preservación o degradación del paisaje. Reflexiona sobre las acciones que se emprenden para contribuir a la calificación de las intervenciones sobre el paisaje cultural y su retorno económico.
Palabras clave: paisaje cultural, patrimonio, turismo rural, ruta turistica, preservación

L'Autrice propone un'esplorazione degli itinerari turistici che attraversano il paesaggio culturale. Nel fare questo utilizza, come uno studio di caso, l'itinerario turistico Caminhos de pedra, di Bento Gonçalves. Evidenzia come la valorizzazione turistica possa diventare tanto uno strumento di preservazione quanto di degrado del patrimonio culturale e paesaggistico. Riflette sulle azioni che vengono intraprese per contribuire alla riqualificazione del paesaggio culturale e il loro ritorno economico.
Parole chiave: paesaggio culturale, patrimonio, turismo rurale, itinerario turistico, preservazione

A autora propõe uma discussão a respeito da exploração turística em roteiros que exploram a paisagem cultural. A rota turística Caminhos de pedra, em Bento Gonçalves, figura como estudo de caso a respeito do tema e fundamenta a reflexão sobre até que ponto a exploração turística é ferramenta de auxílio à preservação ou de falsificação da paisagem. Reflete sobre as ações que são desenvolvidas almejando contribuir para a qualificação das intervenções na paisagem cultural e sua subsistência econômica.
Palavras chave: paisagem cultural, patrimônio, turismo rural, rota turística, preservação

Introdução

Desde o século XIX, quando se criou, na França, a primeira Comissão dos monumentos históricos, esse campo do conhecimento tem passado por constantes avanços. Inicialmente as

[*] Universidade de Caxias do Sul (Brasil); e-mail: katia.marchetto@gmail.com.

atenções foram dirigidas exclusivamente para os bens materiais, edifícios, objetos e obras de arte. Paulatinamente esse conceito passou a englobar também o patrimônio imaterial: práticas, representações, conhecimentos e técnicas que geralmente são transmitidos ao longo de gerações e podem ou não ter artefatos relacionados.

O conceito de paisagem cultural, que é pertinente a esta exploração teórica, é inovador já que considera simultaneamente aspectos materiais e imateriais do patrimônio, antes considerados isoladamente, pelo menos na maior parte das vezes.

Esse novo ponto de vista proporcionou uma série de mudanças na maneira de pensar as intervenções no patrimônio, por percebê-lo de maneira mais integrada. Embora aparentemente haja consenso entre a maioria dos profissionais de que não existe método que por si só determine o sucesso de um projeto, o processo de preservação tende a ser mais assertivo quando se tem clareza de quais os valores são preponderantes para o êxito da salvaguarda. Por isso, este trabalho irá introduzir algumas definições de paisagem cultural a fim de tornar possível a análise das transformações que vem ocorrendo no roteiro Caminhos de pedra, em Bento Gonçalves.

Paisagem cultural é um tema relativamente recente na abordagem do patrimônio, cuja definição do termo foi adotada pela Organização das nações unidas para a educação, a ciência e a cultura (Unesco) apenas em 1992. O Instituto do patrimônio histórico e artístico nacional (Iphan), por sua vez, regulamentou a paisagem cultural como instrumento de preservação do patrimônio cultural brasileiro em 2009, por meio da portaria n.127. Em seu primeiro artigo, o texto define paisagem cultural como «uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores» (Iphan, 2009). Evidentemente, é um conceito bastante abrangente e que, por si só, não é capaz de assinalar nenhum critério de intervenção adequado. A Unesco, no que lhe concerne, o descreve do seguinte modo:

> Paisagens culturais representam o trabalho combinado da natureza e do homem designado no artigo I da Convenção. Elas são ilustrativas da evolução da sociedade e dos assentamentos humanos ao longo do tempo, sob a influência das determinantes físicas e/ou oportunidades apresentadas por seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, tanto internas, quanto externas (Unesco, 2019: 20, tradução nossa).

Como relata Castriota (2017), são abundantes as tentativas de categorizar o amplo espectro de manifestações da interação entre a humanidade e seu meio ambiente natural. O Comitê do patrimônio mundial, no entanto, as classificou em três tipos que refletem diferentes níveis de atuação e modificação da natureza realizados pelo ser humano, como segue:

> i. O que mais facilmente se identifica é a paisagem claramente definida, desenhada e criada intencionalmente pelo homem. Nesta categoria se incluem os jardins e parques construídos por razões estéticas, que com frequência estão relacionados com edifícios e conjuntos monumentais religiosos ou de outro tipo.

> ii. A segunda categoria é a da paisagem de desenvolvimento orgânico: resultante de uma necessidade inicialmente social, econômica, administrativa e/ou religiosa e chegou a sua forma atual em associação com seu ambiente natural e como resposta a ele. Tais paisagens refletem o processo de evolução em suas características morfológicas e seus componentes. Se dividem em duas sub-categorias:
>
> paisagem relíquia, ou fóssil, cujo processo evolutivo se deteve no passado [...];
>
> paisagem contínua é a que tem um papel social ativo na sociedade contemporânea, estreitamente associado com a forma tradicional de vida, e cujo processo evolutivo ainda está em curso. Ao mesmo tempo, exibe evidências materiais significativas desta evolução no decorrer do tempo.
>
> iii. A última categoria é a paisagem cultural associativa.
>
> Justifica-se em virtude das fortes associações religiosas, artísticas ou culturais do elemento natural e não de evidências culturais, que podem ser insignificantes ou mesmo inexistentes. (Unesco, 2005: 02, tradução nossa).

A paisagem cultural da rota Caminhos de pedra é resultante da intervenção da imigração italiana no território da Serra Gaúcha a partir do século XIX. É, portanto, uma transformação no ambiente natural que ainda está em curso, apesar de apresentar vestígios de sua evolução ao longo do tempo. Isso enquadra a paisagem deste território no item ii, como contínua. Considerando que nesse caso a salvaguarda deve abranger um desenvolvimento que ainda está em curso, os critérios para intervir na paisagem, incluindo as novas arquiteturas que forem inseridas ali, devem corresponder ao seu momento histórico, sem, contudo, desrespeitar as pré-existências. Para tanto, estas não podem ser meras reproduções de edifícios do passado.

A Carta de Bagé (Iphan, 2007), que trata especificamente de paisagem cultural, deixa claro o quanto o conceito é abrangente:

> Artigo 2º - A paisagem cultural é um bem cultural, o mais amplo, completo e abrangente de todos, que pode apresentar todos os bens indicados pela Constituição, sendo o resultado de múltiplas e diferentes formas de apropriação, uso e transformação do homem sobre o meio natural (Iphan, 2007: 449).

A diversidade de patrimônios compreendidos pela paisagem cultural é significativa pois manifesta o quão diversificadas devem ser as estratégias de preservação. O mesmo documento estimula a sustentabilidade da paisagem em vários âmbitos, inclusive econômico:

> Artigo 8º - Deverão ser adotados procedimentos para garantir assistência a usuários da paisagem como turistas e visitantes, bem como assegurar às populações que nela existam, de forma equilibrada, condições de sustentabilidade, oferecendo alternativas econômicas para novas ou tradicionais formas de utilização dos recursos econômicos e dos modos de produção (Iphan, 2007: 450).

O artigo 8º frisa que as alternativas econômicas não precisam ser necessariamente tradicionais, e que podem existir novas formas de utilização dos recursos financeiros e dos modos de produção englobados pela paisagem cultural. Ao abrir espaço para a inovação em um aspecto tão significativo de caracterização da paisagem cultural, o documento dá margem para alterações que

podem comprometer a preservação. Uma vez que cabe ao bom senso dos envolvidos implementar a renovação, a preservação da paisagem se torna mais vulnerável. No entanto, para proteger um patrimônio cuja evolução ainda está em curso, também seria contraditória a tentativa de mantê-lo completamente inalterado.

A partir dessa incongruência, é adequada a elucubração de Carsalade (2015) que reflete a respeito da imutabilidade a qual muitos termos relacionados com o patrimônio (inclusive ele), estão, a priori, submetidos. Um deles é a memória, que está irremediavelmente vinculada ao passado, por isso não poderia ser alterada. Paradoxalmente, também está vinculada ao presente, visto que o indivíduo que recorda o faz a partir de uma interpretação pessoal subordinada inexoravelmente às suas crenças, interpretações e valores no momento atual. Le Goff (1990) discorre sobre o mesmo tema e incorpora também a memória coletiva:

> Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (Le Goff, 1990: 426).

Segundo Le Goff (1990), a história também pode estar sujeita ao momento em que foi escrita e ao sujeito que a escreveu. Diversas fontes usadas como subsídio para a escrita da história – como documentos jornalísticos, testemunhos e documentos oficiais – são memórias relatadas por alguém em um período mais próximo ao acontecimento dos fatos, como fica evidente no trecho «os reis fazem compor e, por vezes, gravar na pedra anais (ou pelo menos extratos deles) onde estão sobretudo narrados os seus feitos – e que nos levam à fronteira onde a memória se torna "história"» (Le Goff, 1990: 434).

Além disso, como relatado por Carsalade (2015), as fontes usadas pelo historiador podem sofrer imprecisões em função da interpretação pessoal de jornalistas ou testemunhos, ou ainda, pela manipulação de documentos oficiais pelo poder vigente à época. Por isso, é irreal a reconstituição de fatos tal e qual eles ocorreram no passado, pois sempre que houver o envolvimento de indivíduos no relato destes acontecimentos, a narrativa será imbuída de impressões pessoais concebidas no momento da descrição e dele resultante.

A preservação do patrimônio cultural é frequentemente relacionada com o conceito de permanência, de inalterabilidade, sob pena de que a transformação macularia a identidade de um povo. Como menciona Augé (2012),

> o monumento datado é reivindicado como uma prova de autenticidade que deve provocar interesse por si só: cava-se um fosso entre o presente da paisagem e o passado ao qual ela faz alusão. A alusão ao passado torna mais complexo o presente (Augé, 2012: 65).

Certamente a referência ao passado dignifica e valoriza o patrimônio, entretanto, a autenticidade de uma cultura não está vinculada à sua imutabilidade com relação ao tempo decorrido. Antes disso, a permanência da singularidade se refere à capacidade de manter seus valores apesar das transformações pelas quais é fatalmente submetida pela ação do tempo ou das adaptações ao uso contemporâneo.

Para superar os aparentes antagonismos, é necessário que o conceito de preservação admita a transformação do patrimônio no decurso dos anos e reconheça que a memória não é estática. A conservação de paisagens culturais deve, pela sua multiplicidade, concentrar esforços na busca de processos que permitam a concordância entre valores históricos e de uso.

1. A pedra no caminho

A sociedade contemporânea passa por um processo de globalização intensa desde o século XX, o que facilitou a difusão de informações e possibilitou o encurtamento de distâncias àqueles que tem meios para viajar. O turismo, por sua vez, é uma atividade econômica importante para diversos Países e regiões que buscam explorar economicamente a cultura e a paisagem de determinado lugar e está sujeito à globalização. Todas as cidades e roteiros turísticos do mundo estão em algum grau suscetíveis aos efeitos da mundialização e, sobretudo, à estandardização dos serviços demandada por ela. A padronização ocorre para que haja um aumento dos lucros sem que haja um incremento significativo dos custos da atividade econômica. A respeito disso, Montaner e Muxì afirmam que,

> enquanto a globalização for essencialmente neoliberal, será antagônica em relação ao objetivo da sustentabilidade. Nesse contexto, a extrema complexidade dos processos gerados pelo turismo é o fenômeno que melhor sintetiza as contradições da sociedade contemporânea, as tensões que se produzem quanto à escolha entre o global e o local, entre a homogeneização e a manutenção da memória viva, entre o consumo e a cultura, entre a tendência para o monocultivo do setor dos serviços e uma real e sustentável transformação produtiva, entre os bens escassos e o seu consumo. O turismo, sendo uma experiência essencial do ser humano moderno, transformou-se em um fenômeno arrasador, por ser um turismo de massa e quantitativo (Montaner, Muxì, 2014: 143).

As características que geralmente determinam se o lugar provoca curiosidade suficiente para que se destinem recursos financeiros e emocionais para conhecê-lo são as suas peculiaridades demonstradas nos costumes, vestimentas, culinária, música entre outros. Características determinadas, geralmente, pela história e cultura daquela população e território. Além disso, muitos dos elementos intrínsecos à significação das paisagens culturais dependem da permanência e vitalidade de sistemas tradicionais de cultura e de produção, pois eles são motivadores diretos dos padrões característicos que conferem

sentido àquele lugar. A estandardização dos negócios turísticos, sobretudo em áreas de proteção patrimonial, é uma das causas preponderantes de arrasamento da identidade e das distinções regionais. Dentro desse sistema criado pela exploração massiva do turismo como atividade econômica, ele passa a participar da lógica da «indústria do consumo cultural» (Montaner, Muxì, 2014) que sujeita a cultura a passar por um processo de padronização constante. Esta simplificação visa a garantir a legibilidade facilitada daqueles saberes populares e paisagem para que sejam consumidos mais facilmente. Marc Augé (2012) diz que

> se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico, definirá um não lugar. A hipótese aqui defendida é a de que a supermodernidade é produtora de não lugares, isto é, de espaços que não são em si lugares antropológicos e que, contrariamente à modernidade baudeleriana, não integram os lugares antigos: estes, repertoriados, classificados e promovidos a "lugares de memória", ocupam aí um lugar circunscrito e específico (Augé, 2012: 73).

Sendo assim, pode-se inferir que, suprimido de seu caráter identitário, o lugar, entendido como espaço simbólico, perde significativamente o sentido. Augé (2012) cita espaços predominantemente de passagem ou de curta permanência como não lugares, por exemplo, estações de trem, metrô e aeroportos. Mas também relaciona lugares desqualificados ou pouco qualificáveis como «'espaços-lazeres', 'espaços jogos', comparáveis a 'ponto de encontro'» (Augé, 2012). Todos os locais relacionados pelo autor remetem a um tratamento impessoal entre os indivíduos no qual, apesar de muitas vezes serem identificados no acesso ou na saída, durante a sua curta permanência na área, mantem-se no anonimato no que se refere aos contatos interpessoais.

Consequentemente, o visitante é colocado em uma posição de mero observador, não há envolvimento em qualquer instância. Por conseguinte, ambientes excessivamente padronizados ompromete m a compreensão do local e de seus valores. Weissheimer, ao tratar sobre a chancela da paisagem cultural regulamentada pela portaria n.127/09, diz que

> sua eficácia está baseada no estabelecimento de um pacto entre os principais entes, públicos e privados, que atuam sobre o território selecionado e, consequentemente, a efetiva preservação das paisagens culturais se dará pelo cumprimento dos compromissos assumidos por cada uma das partes no momento da pactuação. Até o momento parece residir aí um dos principais pontos nevrálgicos de aplicação da chancela: a definição das ações e atribuições de cada signatário e a assinatura de um pacto entre parceiros (Weissheimer, 2012: 2).

Logo, para que haja uma atividade econômica coerente com a preservação da paisagem cultural que envolva a subsistência econômica das pessoas residentes nestes locais, é fundamental que todos os envolvidos no processo estejam de acordo quanto aos métodos de preservação. Evidentemente, devido à abrangência da salvaguarda legal englobada pela

paisagem cultural, a matéria não é a única instância que deve ser preservada.

Santos (2001) menciona que quando a produção agrícola tem uma referência global, ela recebe a influência das mesmas leis que outros aspectos da produção econômica. A produção agrícola deve então obedecer a critérios técnicos de plantio, aplicação de fertilizantes, inseticidas e demais insumos, além de maquinário apropriado que possibilite o aumento exponencial da produção com relação à área plantada. Segundo o mesmo autor, a partir disso há uma «militarização do trabalho, já que o critério do sucesso é a obediência às regras sugeridas pelas atividades hegemônicas, sem cuja utilização os agentes recalcitrantes acabam por ser deslocados» (Santos, 2001: 89). Em decorrência disso, os agricultores que não se adequam ao sistema de produção têm sua subsistência reduzida a tal ponto que acabam migrando para outros lugares.

Para Souza, Elesbão e Schaidhauer (2011) o processo de globalização afeta principalmente a agricultura familiar, que não tem capital suficiente para investir nas novas tecnologias. Os mesmos autores apresentam o turismo rural como uma alternativa de desenvolvimento econômico para quem optou em continuar no campo.

2. Caminhos de pedra

A fim de ilustrar os temas abordados na parte inicial deste trabalho se elegeu o Roteiro caminhos de pedra, na serra gaúcha. Parte da rota foi visitada durante o curso de Extensão internacional em paisagem e patrimônio cultural que ocorreu entre os dias 18 e 22 de novembro de 2019 e, portanto, adequa-se ao tema da publicação. Além disso, a ida a alguns estabelecimentos do roteiro ensejou questionamentos sobre as mudanças pelas quais a localidade tem passado. A hipótese que se apresenta é que essas transformações podem indicar um desvirtuamento ocasionado pela subordinação do patrimônio ao mercado e que serão pormenorizados a seguir.

Caminhos de Pedra é um roteiro turístico localizado no município de Bento Gonçalves, na serra gaúcha. Segundo o site oficial da organização, a iniciativa para a criação da rota partiu do arquiteto Júlio Posenato e do engenheiro Tarcísio Vasco Michelon e a intenção era «resgatar, preservar e dinamizar a cultura que os imigrantes italianos trouxeram à serra gaúcha a partir de 1875» (Associação caminhos de pedra, 2020: online). O projeto de resgate da herança cultural elaborado pelo arquiteto Júlio Posenato afirma que o distrito de São Pedro, na zona rural, foi eleito para receber a rota turística porque, entre outros motivos, tinha «um acervo de alta qualidade, numeroso, variado e íntegro de prédios representativos das diversas funções da imigração italiana [...] concentrado em pequena área» (Prefeitura de Bento Gonçalves, 1998: 14).

Desde a década de 1970, quando a rota da rodovia que ligava a capital ao Norte do Estado foi alterada, a região se tornou decadente. Boa parte das habitações selecionadas estavam em

mau estado de conservação, por isso, uma rede hoteleira da região disponibilizou os recursos para a reforma de quatro casas, que foram as primeiras a receber turistas, em 1992. O sucesso da iniciativa motivou uma assessoria do Serviço brasileiro de apoio às micro e pequenas empresas (Sebrae) e, após isso, a fundação da Associação caminhos de pedra.

A partir de então, foi montado um projeto que abrangia o resgate de todo o patrimônio cultural, incluindo arquitetura, idioma, folclore, arte e habilidades manuais. Em agosto de 1998 o Conselho estadual de cultura aprovou o projeto que passou a receber recursos das empresas locais. Atualmente, segundo a própria associação, esta conta com cerca de setenta associados e o projeto, que foi considerado pioneiro no Brasil no âmbito do turismo rural e cultural, recebe uma média anual de cem mil turistas. Além disso, o site oficial do roteiro informa que conta com mais de 28 pontos de visitação e está em expansão (Associação caminhos de pedra, 2020).

A Associação caminhos de pedra vem, desde sua criação, sendo responsável por uma série de iniciativas importantes para a conservação da paisagem cultural dos caminhos de pedra. Entre elas, pode-se citar como exemplo a organização para que o Plano diretor de Bento Gonçalves não permitisse a realização de condomínios no distrito de São Pedro, o que comprometeria irremediavelmente a paisagem. O próprio documento escrito por um dos idealizadores do roteiro turístico e de preservação, Júlio Posenato, traz definições valorosas a respeito do que se espera da rota em termos de conservação.

O texto evidencia que o empreendimento não busca «recriar uma encenação do passado através de animação de prédios antigos (muitas vezes deslocados de seu ambiente original)» (Prefeitura de Bento Gonçalves, 1998: 5) e cita diversos locais no mundo como exemplos de onde isso acontece. Infelizmente, o tratamento do patrimônio como ambiente cenográfico para a exploração turística com o subterfúgio de preservação da paisagem é cada vez mais recorrente no mundo e no Sul do Brasil há vários exemplos disso.

Como menciona o Projeto de resgate da herança cultural, na época em que foi idealizado o roteiro, a região estava decadente em função da alteração da rota de transporte que ligava a capital gaúcha ao Norte do Estado. Logo, além da intenção de valorizar a cultura da imigração italiana, vislumbrou-se também uma oportunidade de recuperação financeira da região por meio da sua visitação. O turismo, assim como tantas outras atividades econômicas, pode ser gerador de desenvolvimento, sobretudo quando a operação é realizada por pequenos agentes que distribuirão a receita proveniente, limitando a concentração de renda e, portanto, diminuindo a desigualdade social. Além disso, pode ser eficaz como método de preservação do patrimônio – arquitetônico, paisagístico, cultural ou de qualquer outra natureza – se conseguir manter as atividades tradicionais concomitantes à operação, como, aliás, vislumbraram os idealizadores da rota. Numa situação ideal, esse cenário seria capaz de viabilizar economicamente as operações de conservação do patrimônio, que por sua vez, costumam ser onerosas, e preservar as características que conferem valor ao objeto ou costume a ser protegido.

Souza, Elesbão e Schaidhauer (2011) salientam «a elevação da autoestima das famílias, o incremento da receita familiar, a valorização do trabalho e os conhecimentos adquiridos da interação com os visitantes» (Souza, Elesbão, Schaidhauer, 2011: 216) como os principais benefícios do turismo rural na rota dos Caminhos de pedra. Além disso, o texto menciona a preocupação em resgatar atividades e métodos usados pelos imigrantes italianos e que estavam sendo esquecidos. A preocupação com a manutenção da autenticidade é evidenciada também em vários trechos do documento elaborado por Posenato em 1998, que cita inclusive algumas metodologias para tanto.

A pesquisa de Souza, Elesbão e Schaidhauer (2011) salienta que o turismo é uma ferramenta eficiente como atividade complementar à agricultura no meio rural, porém, ela não é a solução para todos os problemas do campo. É necessário equilibrar a atividade para que não ocorra uma eventual desintegração dos costumes tradicionais. Até o ano da publicação, contudo, os benefícios da atividade estavam superando as dificuldades enfrentadas e estava sendo possível conciliar a atividade econômica com a preservação.

Apesar da Associação caminhos de pedra atuar constantemente no intuito de preservar a paisagem cultural o mais íntegra possível, atualmente observa-se que nem a atividade da organização, nem o registro oficial do Projeto de resgate da herança cultural, integrante do Plano diretor de Bento Gonçalves, têm sido suficientes para controlar ações questionáveis no trato com o patrimônio da rota.

Embora haja consenso do corpo técnico com relação à inexorabilidade das relações entre o objeto arquitetônico e o sítio de implantação, presentemente há alguns imóveis integrantes do roteiro e que compõem a paisagem que foram removidos de seu local de origem e implantados em uma posição mais conveniente para a exploração turística. Conduta, a propósito, criticada pelo próprio anexo 7.4 do Plano diretor de Bento Gonçalves. Alguns exemplares visitados durante o curso de extensão que viabilizou a presente publicação despertaram muitos questionamentos com relação à manipulação da paisagem cultural e a sua exploração econômica desmedida. A seguir, serão descritos três casos de transposições de edifícios que ocorreram no roteiro, havendo, contudo, outros casos similares que não serão abordados no presente trabalho.

A edificação onde atualmente funciona a Casa da tecelagem, por exemplo, foi construída pelo imigrante Angelo Giacomin, originalmente no município de Flores da Cunha, em 1915. No ano de 2004 foi transferida para o distrito de São Pedro e desde 2008 abriga teares que produzem mantas, tapetes e outros artigos têxteis. Assim, além de comprar os produtos de fabricação manual, pode-se também assistir o processo de produção, característica que valoriza não apenas o produto, mas o processo tradicional de manufatura, portanto, a cultura. A placa que identifica o estabelecimento no roteiro apresenta a edificação transplantada como «preservada em todas as suas características originais», apesar da mudança completa do sítio de implantação. Naturalmente, em virtude desta alteração, a paisagem e a interface do edifício com o ambiente externo não se mantiveram

as mesmas. E, ainda assim, foram completamente ignoradas ao se tomar o sentido de originalidade como se este estivesse unicamente ligado à materialidade e desconsiderasse inteiramente o contexto de inserção como parte significativa da obra. O fato de a edificação estar inserida numa paisagem cultural que deveria ser protegida é um agravante, pois além da originalidade da edificação deveria ser preservada a da paisagem cultural. Isso não significa absolutamente que a paisagem deveria manter-se intocada e imutável – uma vez que isso é impossível e inadequado –, mas que a pretensão de fazê-la parecer de determinado modo no passado como efetivamente não era, pode ser considerada uma espécie de falsificação.

Outro caso análogo é a Casa da ovelha, cuja construção em madeira é datada no ano de 1917 e, durante o período de prosperidade do distrito de São Pedro, funcionou como hotel e restaurante. Para a criação do Parque casa da ovelha a construção foi transferida para cerca de 100 metros de distância do local da primeira implantação. Além disso, foi acrescentado um porão com paredes de basalto. O estabelecimento tem alguns produtos de fabricação própria à venda, relacionados à ovinocultura, como laticínios e souvenires. Tanto o transplante da edificação como o porão de pedra anexado podem suscitar discussões a respeito do quanto estas ações afetaram a autenticidade da construção e da paisagem. Porém, além disso, nesse caso outra circunstância que desperta atenção está relacionada à impessoalidade com que é feita a recepção aos visitantes.

Como foi possível observar durante a visita de campo, realizada durante o Curso de extensão internacional em paisagem e patrimônio cultural, ao chegar em grupo na sede do parque os turistas imediatamente recebem uma etiqueta personalizada com a marca *Casa da ovelha* e a identificação do grupo, que é colada no peito de cada um. Somente assim é possível entrar na casa para comprar os produtos oferecidos ou o ingresso ao parque. A recepção calorosa e intimista, típica das casas dos descendentes de imigrantes italianos, não ocorre na maioria destes estabelecimentos. Este comportamento, característico da cultura local, contribuiria para que os visitantes conhecessem os hábitos, a cultura, o território e os produtos manufaturados fruto do trabalho das famílias que moram ali.

No entanto, a conduta habitual foi substituída pelo tratamento impessoal, equivalente ao de um parque temático. Por conseguinte, existe ali a lógica do turismo de massas, standard, no qual a cultura é deixada em segundo plano e o consumo substitui a curiosidade genuína por aquela paisagem e pelas pessoas que nela habitam. O negócio consiste, portanto, num exemplo flagrante de como a ampliação ilimitada da indústria cultural pode ser nociva para a própria preservação.

Figura 16 - Casa da tecelagem, 2019

Fonte: Fotografia da autora.

A padronização congregada à impessoalidade no tratamento interpessoal dificulta o estabelecimento de relações e enfraquece a identidade do local. Augé (2012), inclusive, descreve como características dos não lugares textos ou orientações que propõe de maneira prescritiva, proibitiva ou orientativa o seu modo de usar, reduzindo o contato entre pessoas ao mínimo possível. «Assim, são instaladas as condições de circulação em espaços onde se supõe que os indivíduos só interajam com textos, sem outros enunciantes que não pessoas "morais" ou instituições» (Augé, 2012: 89).

O que se pretende explanar é que, ainda que a materialidade dos edifícios seja a mesma, as relações com o entorno dessas construções foram deturpadas, o que altera, além da interface entre objeto e entorno, a própria paisagem.

Deve-se observar ainda, as orientações do Iphan acerca do tema. A Carta de Burra, elaborada em 1980, orienta no item que fala a respeito da conservação:

> Artigo 9º - Todo edifício ou qualquer outra obra devem ser mantidos em sua localização histórica. O deslocamento de uma edificação ou de qualquer outra obra, integralmente ou em parte, não pode ser

admitido, a não ser que essa solução constitua o único meio para assegurar a sua sobrevivência (Carta de Burra, 1980: 3).

Ainda que o argumento usado para o transplante das edificações fosse a viabilização da sua sobrevivência, alterações na construção, quando necessárias, devem ser facilmente reconhecíveis como preconiza Cesare Brandi (2004) em um dos livros fundamentais que orientam o trato do patrimônio. Consequentemente, o acréscimo do porão de basalto na sede da Casa da ovelha é inadequado visto que se vale de uma técnica tradicional da arquitetura imigrantista italiana para imprimir à intervenção atual um aspecto do passado, configurando um falso histórico.

Figura 17 - Casa da ovelha, 2019

Fonte: Fotografia da autora.

A cultura da imigração italiana no Sul do País é muito singular, estabeleceu-se em solo brasileiro uma cultura própria que se adaptou ao clima e às restrições impostas pela escassez de recursos e pelo território. Deve-se considerar ainda que a emigração da Itália para o Brasil começa aproximadamente em 1820 e passa a se intensificar a partir da metade do século XIX, mas, apenas em 1861 é proclamada a unificação italiana (Alfani, 2017). Ainda assim, o entendimento de unidade cultural entre as diversas regiões do País europeu

demorou bastante para acontecer. O próprio Vêneto só veio a fazer parte do território italiano em 1866. Sobre isso, Piccinini escreve que

> é importante ressaltar que a unificação italiana era muito recente e os imigrantes não formavam um grupo homogêneo: o sentimento dos emigrados era em relação aos seus costumes regionais, seus dialetos próprios como vênetos, trentinos, lombardos, etc. A consciência de saberem-se estrangeiros vai surgir mais tarde, em muito devido à uniformidade (nacionalidade italiana) que lhes passa a ser atribuída (Piccinini, 2017: 54).

Portanto, a hegemonia da nacionalidade comum foi estabelecida em território brasileiro e, em princípio, não corresponde a uma exaltação da Pátria de origem dos primeiros emigrados. Antes disso, como relata Piccinini (2017), havia uma identificação com os costumes regionais do País de origem.

É curioso observar que, apesar disso, os descendentes de imigrantes italianos mantêm no discurso atual imprecisões que denotam ainda hoje um orgulho ufanista dedicado a uma Pátria que, muitas vezes, não conhecem, mas da qual se sentem pertencentes. E é no afã de enaltecer as tradições da Itália, e não necessariamente as suas, que a paisagem e os costumes vão sendo paulatinamente deturpados por estes agentes, contrariando até mesmo vários pontos do projeto de resgate cultural que deu origem ao roteiro Caminhos de pedra.

Além das observações pertinentes aos valores tangíveis, existem impropérios relacionados à reprodução de costumes. É evidente tanto no Projeto de resgate da herança cultural, quanto no site do roteiro Caminhos de pedra que o que se pretende é preservar a cultura da imigração italiana. Mas existem na rota estabelecimentos gastronômicos que prestam o serviço à francesa, um deles inclusive se chama Bistro[1], denominação comum de restaurantes pequenos e despretensiosos, muito populares e tradicionais na França, não tão comuns na Itália e no Brasil. Pode-se inferir que imprecisões vocabulares como essas são indicativos de que a comercialização pode estar superando o valor da preservação cultural. Este, embora não precise ser exclusivo, visto que é justo que as famílias residentes ali tenham o seu sustento baseado no seu modo de vida, deve ser preponderante.

3. Reflexões

Consideradas as devidas proporções, o roteiro no interior do Brasil padece com os mesmos dilemas impostos pelo incremento desmedido do *corpus* patrimonial na Europa, também motivado pela transformação da cultura – e por consequência, do patrimônio –, em um produto, como relata Choay.

[1] O texto se refere ao *Le sorelle bistro*, que faz parte do roteiro oficial do Caminhos de pedra.

> Finalmente, o grande projeto de democratização do saber, herdado das Luzes e reanimado pela vontade moderna de erradicar as diferenças e os privilégios na fruição dos valores intelectuais e artísticos, aliado ao desenvolvimento da sociedade de lazer e de seu correlato, o turismo cultural dito de massa, está na origem da expansão talvez mais significativa, a do público dos monumentos históricos – aos grupos de iniciados, de especialistas e de eruditos sucedeu um grupo em escala mundial, uma audiência que se conta aos milhões. [...] Por sua vez, os monumentos e o patrimônio históricos adquirem dupla função: obras que propiciam saber e prazer, postas à disposição de todos, mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos (Choay, 2006: 210-211).

Choay (2006) acrescenta ainda que a metamorfose do valor de uso em valor econômico acontece graças ao que a autora chama de «engenharia cultural», uma força tarefa composta por vários agentes tanto da iniciativa pública como privada cujo objetivo é explorar os monumentos por todos os meios, a fim de multiplicar indefinidamente o número de visitantes. Neste contexto, reconstituições históricas ou fantasiosas acabam se tornando formas de valorização correntes.

É a contradição entre a preservação de aspectos culturais e paisagísticos e a homogeneização das atividades para atender a demandas exclusivamente econômicas um dos aspectos que podem estar influenciando na mudança gradual que vem sofrendo a exploração do Roteiro caminhos de pedra. Não se pretende argumentar, no entanto, que para se preservar o patrimônio ele deva permanecer estático, pois, isso acabaria por torná-lo obsoleto. Nem tampouco dizer que, que as famílias proprietárias dos imóveis não possam empregar os recursos materiais da área para lhes proporcionar uma vida digna em prol da preservação de um estado passado. O que se busca explicitar é que os empreendimentos no roteiro estão perdendo a feição familiar e se configurando, paulatinamente, como negócios cosmopolitas.

Equilibrar razões econômicas e a preservação do patrimônio é imprescindível para a manutenção da salvaguarda e da qualidade de vida das pessoas que habitam o lugar. Para tanto, é necessário reconhecimento de todos os agentes envolvidos no processo para que estejam dispostos a entrarem em um consenso tanto sobre as intervenções físicas no patrimônio, quanto a respeito dos modelos de negócios adotados no roteiro.

Como pontua Choay (2006), a menos que se reduzam os custos de manutenção e se regule o fluxo de consumidores, a exploração do patrimônio está «fadada ao esgotamento». A autora cogita, como alternativa a isto, uma espécie de conservação secundária do patrimônio, que deveria ser pautada por regulamentações que provavelmente ainda não existam ou que estejam em elaboração. Um exemplo disso seriam dispositivos de controle de número de turistas, medidas pedagógicas para instrução tanto de visitantes como de habitantes, além de políticas públicas.

Evidentemente, é do corpo técnico e do Estado a responsabilidade pelo esclarecimento do público leigo acerca dos motivos pelos quais a propriedade privada, eventualmente, deve estar subordinada aos interesses da coletividade no que tange a proteção do patrimônio. A maior dificuldade talvez parta deste ponto, pois há que se ponderar que o turismo é uma atividade

econômica importante para muitas cidades, portanto, limitar de alguma forma o número de visitantes significa, por consequência, restringir a renda e o crescimento do próprio município. Por isso a utilização do patrimônio no cotidiano é uma forma audaciosa e aparentemente antagônica à preservação da qual é cada vez mais difícil escapar.

Referências bibliográficas / References

Alfani F.M., *Imigração veneta no Brasil*, in Rigatti D., Trusiani E. (org.), *Arquitetura e paisagem na Serra Gaúcha: Migração italiana e territorialidade*, Edizioni Nuova Cultura, Roma, 2017, pp.31-45.

Associação caminhos de pedra, *Roteiro caminhos de pedra*, em https://www.caminhos depedra.org.br/historico/, acessado em 10 agosto 2020.

Augé M., *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*, tradução Maria Lúcia Pereira, 9ª ed., Papirus, Campinas, 2012.

Brandi C., *Teoria da restauração*, Ateliê Editorial, Cotia, 2004.

Carsalade F.L., *Permanência e transformação na memória e no ambiente*, in Pinheiro A.R. (org.), *Cadernos do patrimônio cultural*, vol.1 Iphan, Fortaleza, 2015, pp.183-192.

Castriota L., *Paisagem cultural e patrimônio: desafios e perspectivas*, in *Anais do colóquio ibero-americano Paisagem cultural, patrimônio e projeto*, 2017, pp.17-27.

Choay F., *A alegoria do patrimônio*, Estação liberdade, São Paulo, 2006, pp.17-27.

Iphan - Instituto do patrimônio histórico e artístico nacional, *Carta de Burra*, 1980, em http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Burra%201980.pdf , acessado em 19 outubro 2020.

Iphan - Instituto do patrimônio histórico e artístico nacional, *Carta de Bagé*, 2007, em *Anais do colóquio ibero-americano Paisagem cultural, patrimônio e projeto*, vol.1, 2017, pp.448-451.

Iphan - Instituto do patrimônio histórico e artístico nacional, *Portaria n.127* de 30 abril 2009, em https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-127-2009_214271.html, acessado em 10 novembro 2020.

Le Goff J., *História e memória*, Editora da Unicamp, Campinas, 1990.

Montaner J.M., Muxì Z., *Arquitetura e política: ensaios para mundos alternativos*, Gustavo Gilli, São Paulo, 2014.

Piccinini L.S., *Imigração italiana no Rio Grande do Sul*, in Rigatti D., Trusiani E. (org.), *Arquitetura e paisagem na Serra Gaúcha. Migração italiana e territorialidade*, Edizioni Nuova Cultura, Roma, 2017, pp.46-66.

Prefeitura de Bento Gonçalves, *Anexo 7.4 do Plano diretor de Bento Gonçalves*, elaboração arq. Julio Posenato, Pmbg, Bento Gonçalves, 1998, em http://ipurb.bentogoncalves. rs.gov.br/paginas/legislacao-ipurb, acessado em 08 maio 2020.

Santos M., *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*, Editora Record, Rio de Janeiro, 2001.

Souza M., Elesbão I., Schaidhauer M., *Os benefícios do turismo rural. Caminhos de pedra*, «Rosa dos Ventos. Revista do Programa de Pós-graduação em Turismo», 3(2), 2011, pp.216-227.

Unesco, *Documento conceptual*, reunión de expertos sobre paisajes culturales en el Caribe: estrategias de identificación y salvaguardia, Santiago (Cuba), 2005.

Unesco, *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*, Unesco World Heritage Centre, Paris, 2019, em https://whc.unesco.org/ en/guidelines/, acessado em 10 de novembro de 2020.

Weissheimer M.R., *Paisagem cultural brasileira: do conceito à prática*, «Revista Fórum Patrimônio», 5(2), 2012, s.p.

Recibido: 30/09/2020
Aceptado: 23/01/2021